



## Ata N.º 4/2022

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE DE 19 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, quarta, a Assembleia de Freguesia de Silvalde, na sua sala de reuniões e sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novo, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Folha, e pelo Segundo Secretário, António Cruz. Estiveram ainda presentes os Senhores Vogais, Helder Pereira, Carlos Pinho, Bruno Pinho, Mariana Folha pela Bancada do PS, Joaquim Costa, Manuel António Félix, Helder Freitas, António Viela, Fátima Saxe, pela Bancada PSD. Estiveram presentes todos os elementos do Executivo, José Teixeira, Pedro Tavares, Liliana Gonçalves, Marco Oliveira e Ana Ferreira. -----

----- Da agenda para a Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos: -----

----- **Ponto um:** Deliberar sobre os assuntos agendados para o período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação e votação da Ata N.º3/2022; -----

----- **Ponto três:** Apreciar e votar nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 9 da Lei 75/2012 de 12 de setembro os Documentos Previsionais – Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano 2023; -----

----- **Ponto quatro:** Apreciar e votar nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e PPI – 2022 -----

----- **Ponto cinco:** Apreciar ao abrigo da alínea e) do n.º1 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia; -----

----- Dando início à sessão, o Presidente da Mesa na composição das bancadas informou as notificações de não comparência recebidas, de Conceição Ribeiro que seria substituída por Domingos Novo, que na impossibilidade de comparecer foi substituído por Carlos Pinho e, Anabela Costa que foi substituída por Mariana Folha, na bancada do PS. Na Bancada do PSD informaram que a Vogal Daniela Carvalho não viria e não houve notificação de não comparência. -

----- O Presidente da Mesa indicou que havia dois assuntos antes da ordem do dia. O primeiro, uma renúncia ao mandato da Vogal do Executivo, Lurdes Marques, que assinou a carta a 17/012/2022 e que terá de ser substituída. E questionou ao Presidente do Executivo em quem pensou para a substituição da sua vogal. O Presidente do Executivo face ao constatado decidiu substituir a Vogal, por Ana Ferreira, Segunda Vogal. Esta substituição foi a votação, por 1 voto simples “sim/não”. O Presidente da Mesa mencionou após a votação que num total de 12 votantes, houve 10 votos a favor, 1 voto contra e 1 voto em branco. Assim, foi feita a substituição, uma vez que foi aprovada e pediu à Vogal Ana Ferreira para passar para a mesa do Executivo. E, o lugar de Segunda Secretária será ocupado pela Vogal Conceição Ribeiro, mas uma vez que esta não esteve presente, chamou o substituto, o Vogal António Cruz, para o coadjuvar nos trabalhos. Prosseguiu para o segundo assunto, relacionado com o Termo de Aceitação do Fundo Ambiental celebrado entre a ANAFRE e a Junta de Freguesia de Silvalde sobre o pagamento da Bilha Solidária. “Isto é um ponto meramente informativo” e passou a palavra ao Presidente do Executivo para este dar um esclarecimento sobre o documento. O Presidente do Executivo informou que este documento deriva de um protocolo realizado entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE e tem por finalidade apoiar os consumidores domésticos na aquisição de gás engarrafado. Portanto, têm direito ao valor de 10 euros mensais, mas têm que reunir certos requisitos para poder receber esse valor. A Junta de Freguesia aderiu enquanto associada da ANAFRE e já se encontra a executar esta tarefa desde novembro. O Vogal Helder Pereira questionou o Executivo se tinham ideia da quantidade de pessoas que já usufruiu desse apoio e qual a receita que representava para a Junta, uma vez que na sua perspetiva era importante perceber se há pessoas que têm direito e por desconhecimento não solicitaram o apoio. Quis também saber se a medida tem sido publicitada nos meios existentes, para que um maior número de pessoas possa solicitar esse apoio. O Presidente do Executivo explicou que anteriormente este apoio era atribuído pelos CTT. “Neste momento, temos algumas atribuições de apoio, por cada uma a Junta de Freguesia arrecada o valor de 1,50€. É natural que haja pessoas que ainda não saibam, mas como é uma medida que já vem de trás, dos CTT, as pessoas procuram. Tem funcionado bem e eficientemente ao nível de pagamento.” -----

----- O Presidente da Mesa prosseguiu para o **Ponto 2**, e como não houve pedido de esclarecimentos a ata foi votada, sendo **aprovada por unanimidade com 12 votos a favor**. -----

----- O Presidente da Mesa continuou com o **Ponto 3**, dando a palavra ao Vogal Joaquim Costa para primeira intervenção e pedido de esclarecimentos: “relativamente ao orçamento tenho dúvidas e algumas pequenas observações continuo a verificar que na ação social não há um plano, nem há verbas, gostaria de saber se este ano se vão fazer as atividades para séniores dado que já vem sendo recorrente a colocação de valores, mas não tem sido executado; não vejo nenhum plano desportivo, nem cultural, já não se fala das tasquinhas no Bairro Piscatório; Vejo que há aqui receita no café, gostaria de saber se é para alugar ou alocar, ceder à exploração, sendo certo que em ata consta que possivelmente não se iria fazer nada quanto ao café até ao fim deste mandato. Por outro lado, também verifico o seguinte, se as receitas são iguais às despesas ao princípio, e a receita inclui uma previsão que não se prevê acontecer, então fica prejudicado o investimento no cemitério adiando-se? Além, disso a conservação do cemitério não se fará? A recuperação do moinho da relva numa propriedade que não é plena da Junta de Freguesia? Como é que pensam ultrapassar? Digo isto porque o orçamento não é exequível para investimentos, porque depende da alienação de uma casa, que não avança e de venda de lotes que ainda não têm o processo conducente à sua aprovação de venda em Assembleia de Freguesia. Por outro lado, além destes esclarecimentos quero lembrar que não pude exercer



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

o direito de oposição porque recebi a carta para fazer tal, após a data. Toda a gente sabe o que se está a passar com os CTT, a Junta de Freguesia não se lembrou. O ano passado lembrou-se de me telefonar e enviar um email, portanto não pude exercer porque sou o responsável, sou quem foi nomeado e também a comissão permanente não reuniu. Portanto nós, eu e o meu grupo PSD não pode ser acusado de não ter apresentado soluções, porque não foram reunidas as condições para o efeito.”

----- O Presidente do Executivo “segundo aquilo que o Sr. Vogal Joaquim Costa vem dizer vou refutar algumas coisas. As que acho que são mais importantes, no sentido e na perspectiva de quem executou e elaborou o relatório que foi o Executivo da Junta, que foi o partido que teve mais votos para governar nos quatro anos. É bom que não se esqueça isso. Fomos nós os eleitos, somos nós que fazemos os orçamentos, os planos de trabalho à nossa maneira. No final do mandato obviamente que os Silvaldenses terão toda a oportunidade de poder refutar essas situações. Quanto à ação social o Sr. diz que não há verbas, mas há. Há aqui 2000 euros na rubrica das despesas. Na rubrica 02.01.21.01 tem 2000 euros e face ao equilíbrio financeiro entre a possibilidade que a Freguesia tem em arrecadar receita, também não se pode dar mais em termos percentuais, mais do que aquilo que se deve dar. Queríamos ter aqui uma ‘mão cheia’ de dinheiro para dar a toda a gente, mas uma coisa que tem acontecido é que este Executivo tem dado e ajudado a coletividade social mais representativa de Silvalde, que é a Conferência S. Vicente de Paulo e todos os anos o Executivo tem cumprido com a sua obrigação de apoiar socialmente e isso é inegável. Portanto, não é de todo verdade que não há apoio à ação social. Foi em 2020 que pensamos fazer atividades para séniores. Foi colocada a verba no orçamento, mas não houve viabilidade de realização por causa do Covid19. Em 2021, tivemos o mesmo problema, apesar de se poder fazer alguma coisa, as pessoas tinham que ganhar alguma confiança para fazer este tipo de eventos. Em 2022, podia realizar-se de facto, mas a Junta de Freguesia não o fez, porque não houve acordo de todos para a sua execução. Como o nosso Executivo é uma democracia, tivemos que pensar isto doutra maneira, mas não vamos deixar de fazer. Em 2023, está aqui a verba novamente e vamos fazer alguma coisa em condições para que haja no futuro uma sequência do evento, que obviamente é bem importante. Ao nível de planeamento desportivo, temos a Associação Desportiva da Vila de Silvalde. É quem tem essa responsabilidade. Não temos um pelouro de desporto na nossa Freguesia. O plano de desporto está obviamente integrado dentro dos objetivos e do plano de cada associação que pertence à Freguesia de Silvalde e nós apoiamos nessas atividades, quer o AMB, o atletismo, o futebol popular, a Marfoot, a pesca desportiva com a Associação Manhãs ao Rubro. Este é o plano que temos, apoiar dentro de uma perspetiva social, caritativa e exequível em termos financeiros. No plano cultural passa-se o mesmo. Não temos um departamento cultural para que se possam fazer planos e eventos sociais e culturais, porque estas questões obrigam a uma logística muito grande, obriga ao financiamento de recursos humanos. Teríamos que contratar pessoas da área. E, se o fizéssemos já nos tiravam a oportunidade financeira para poder apoiar as outras coletividades culturais que o fazem solidariamente e de livre vontade. São essas que incentivamos, nunca as deixamos de ‘mãos a abanar’. Ainda este ano fizemos o artesanato, fizemos eventos com a banda, aliás o que aconteceu no parque de estacionamento com a Banda foi uma parceria entre a Junta de Freguesia e a direção da Banda. Quando chegamos aqui estava tudo dizimado, não havia artesanato, não encontramos planos desportivos, culturais... Estas coisas são o que são. No âmbito da Festa das Tasquinhas, quando esta foi instituída, foi aqui em cima precisamente para apoiar o folclore e realizar o Festival do Folclore. O Folclore é tradicional do centro da Freguesia, mas não está fora de questão realizar-se qualquer evento na Marinha de Silvalde neste próximo ano, mas nada terá a ver com as tasquinhas, porque são daqui e para as coletividades. Na Marinha só temos uma coletividade, os Leões Bairristas. Quanto ao café S. Tiago, a aluguer, a verba que está aqui, este Executivo tem trabalhado nesse sentido, tem sido difícil porque temos tido bastantes contratempus, em conseguir libertar o problema que existe em volta do Café S. Tiago, mas temos a certeza que vamos conseguir. E no próximo ano vamos novamente, fazer com que o café S. Tiago seja um investimento desta Freguesia e que seja um investimento pelo menos ao nível social, que bem preciso faz, mas vamos tentar não cometer os mesmos erros; As receitas iguais às despesas Sr. Vogal é o que é... Para um equilíbrio financeiro a receita tem que ser igual à despesa, portanto é o que está plasmado neste orçamento que está a ser discutido; O Moinho da Relva foi por diversas vezes veiculado e pressionado pelo Sr. Helder Freitas, para que se fizesse a sua manutenção e tinha toda a razão, só que não tínhamos verba para o fazer, agora temos e vamos fazer. Temos a assinatura de cerca de 20 coproprietários, foi difícil reuni-los e tendo em conta que aquele moinho que está ao lado do tanque da relva, e que diz muito a muita gente de Silvalde, é um património em risco de se perder. Penso que por aí se justifica a manutenção daquele património antigo e colocá-lo à mercê da utilização da cultura. Aqui está uma forma planeada na cultura de Silvalde, pois a pedra de moer ainda está em condições. Achamos que será importante as escolas de Silvalde e outras visitem aquele moinho, de modo a que a família possa dizer assim, o teu bisavô moeu muita farinha naquele moinho. Isso é que é importante. Não é o dinheiro que interessa Sr. Vogal. Aquele moinho foi muito desprezado nos últimos anos e nada se fez, agora, é difícil encontrar todos os coproprietários. Mas de certeza absoluta que quando estiver arranjado e com condições de abrir, acho que vão aparecer as pessoas e vão bater palmas; Quanto ao direito de oposição lamento que tenha acontecido, não foi de má-fé, pelo contrário, enviamos o ofício a 24/11/2022, para uma reunião a 30/11/2022. Efetivamente, o ano passado, o ofício seguiu por email, mas não temos qualquer tipo de responsabilidade nisso, fizemos a nossa obrigação, convocamos, estivemos aqui à espera até às 19h15, o Sr. não teve culpa, muito menos nós. Da próxima vez certificar-nos-emos que recebe a convocatória.”

----- O Presidente da Mesa retomou a palavra e questionou quanto ao restauro do moinho da relva, se vai ser feito só ao nível do edifício ou se pretendem pôr o moinho a funcionar em pleno? E se há a pretensão / possibilidade que o moinho venha a ser património da Freguesia? O Presidente do Executivo mencionou que o moinho está em mau estado de conservação exterior, mas interiormente ainda tem as pedras a funcionar. “Aquilo que nos interessa é que o moinho seja restaurado e que seja colocado no património do roteiro do concelho de Espinho. Se é possível colocá-lo a funcionar, não sei se isso é possível.” O Vogal Helder Freitas referiu que as suas dúvidas se prendiam com a questão da recuperação do moinho da relva, conforme o PPI e a sua dúvida é se além da recuperação, se é possível a Junta adquiri-lo, uma vez que já é um desejo antigo. Referiu que era importante para a Freguesia que fosse património da





*J. Vogal*  
*J. Vogal*

Junta, pois considera que se se recuperar e mantiver em nome dos titulares, que não faz sentido. Questionou também quando se vai abrir o concurso público do Café S. Tiago, dado que há pessoas interessadas no aluguer do estabelecimento.

----- O Presidente do Executivo remeteu os esclarecimentos sobre o Café S. Tiago para o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, indicando apenas que o concurso abriria no início do próximo ano. Relativamente ao moinho, referiu que era uma vontade do Sr. Vogal e do Executivo, portanto há a pretensão de adquirir o moinho e colocá-lo no património da Freguesia. Faz todo o sentido que assim seja.

----- Prosseguiu o Vogal Manuel Viela que coloca a dúvida se pelo Plano de Investimento para 2023, na rubrica 02.05.02.01, relativa à conservação e manutenção de instalações desportivas, a verba de 1.500 euros, será destinada ao relvado do Campo da Seara, ou qual o destino dessa verba, se vai ser feita alguma coisa no Campo da Seara no próximo ano. Não discorda da reabilitação do moinho e considerou estarem a trabalhar bem. Em relação ao Rancho, "se o Presidente diz que as pessoas da marinha não têm grande interesse no folclore, do moinho também não têm de certeza. Assim, se fazem um evento cá em cima que engloba o rancho e outras coletividades e muito bem, então aconselho o Executivo a arranjar uma solução, fazer uma festa qualquer de pescadores, de vareiros, porque penso que a Freguesia engloba toda a gente. Que não se divida a Freguesia."

----- O Presidente do Executivo registou o apontamento do Sr. Vogal e explicou que muitas pessoas da Marinha têm interesse pelo rancho, referiu-se foi ao evento em si, o espetáculo, além de que na Marinha existem as Rusgas, que é precisamente também uma forma de se realizar um evento já com uma temática que seja mais apreciada, dada a zona vareira em que estão. "Sempre fui um defensor que Freguesia de Silvalde só há uma. Fui e sou. Defendo isso em todo o lado, mas temos que perceber que a Freguesia tem uma centralidade e que as pessoas precisam de saber que geralmente nessas centralidades estão instalados meios, condições que obrigam a que as pessoas necessariamente se desloquem... E isso é negável. Isto não é fazer divisões, agora o que temos que fazer é descentralizar e é nesse papel descentralizador que a Junta de Freguesia sempre acreditou. Relativamente à verba inscrita no orçamento de 1500 euros para o Complexo Desportivo da Seara, recordo que o Executivo da Junta há três anos começou a investir no espaço e já gastou uns bons milhares de euros. Este ano terminou-se a vedação total do campo, coisa que era importante porque os equipamentos estavam muito deteriorados, precisamente por haver abertura total. Deixaram que fosse tudo estragado. Mesmo a bancada que está instalada foi construída no nosso mandato anterior, porque esta Junta reivindicou, já a anterior não quis construir a bancada. A situação do piso do relvado está de facto deteriorado e muito pela utilização que o campo obviamente foi obrigado, pois tem uma intensa atividade, o que aliado à falta do sistema de rega que avariou, acaba por não trazer melhorias para o relvado. Sabemos da importância da substituição do relvado, mas pelo custo dele, só mesmo o Município de Espinho poderá fazer esse investimento, tal como já fez noutros campos. Estamos a tentar negociar isso, para já é muito difícil mesmo, às expensas da Junta não vejo grandes possibilidades. Portanto, os 1.500 euros de verba destinam-se a algumas avarias ou situações que possam surgir e que teremos que assumir."

----- A Vogal Fátima Saxe interveio de seguida, indicando a perigosidade que existe na sua rua, uma vez que os carros descem-na com muita velocidade, e é uma rua onde existem muitas crianças, mais de 12, sugerindo que fossem colocadas umas passadeiras em borracha, para reduzirem a velocidade. "Podem pensar que estou a puxar a brasa à minha sardinha, mas é a realidade que conheço na minha rua", afirmou, desejando bom Natal a todos. O Presidente do Executivo agradeceu a intervenção e mencionou que ia tentar resolver a situação.

----- O Presidente da Mesa colocou o **Ponto 3 a votação, sendo aprovado com 7 votos a favor, 3 votos contra e 2 abstenções**. De seguida, o Vogal Joaquim Costa apresentou a sua declaração de voto: "voto contra as propostas de autorização prévia, genérica, porque sempre considere e considero que o Executivo deve submeter previamente todos os protocolos e delegação de competências. Acresce que o Executivo assumiu que submeteria sempre os acordos de delegação de competências, mesmo com estas autorizações prévias o que não tem acontecido. Voto contra, porque não foi dada a oportunidade em tempo útil a ouvir e a propor medidas e iniciativas a incluir os documentos previsionais para 2023 e não se visualizam propostas estruturais essenciais à evolução da Freguesia."

----- Prosseguiu o Presidente da Mesa que deu por terminado o Ponto 3 e passou ao **Ponto 4**. Passou a palavra ao Presidente do Executivo para efetuar uma nota introdutória: "Na sequência do deliberado pela Assembleia da Junta de Freguesia de Silvalde, na sua Sessão Ordinária de 28/06/2022, aquando da apreciação do Ponto 3 da ordem de trabalhos, relativo à proposta feita pelo anterior titular da exploração do espaço de cafetaria do edifício da junta de freguesia, no sentido de a autarquia aceitar como forma de pagamento do valor em dívida referentes ao valor mensal devido pela exploração e ocupação daquele espaço os bens móveis, material e equipamento de hotelaria instalado no local pelo próprio, o Presidente da Junta de Freguesia, em execução daquela deliberação veio apresentar ao órgão executivo a seguinte informação: i. O valor da dívida em causa, dívida de rendas, é de 14.391,00€ (catorze mil, trezentos e noventa e um euros); ii. O valor estimado pelo interessado para os bens que propôs para dação em cumprimento daquela dívida é de 14.224,85€ (catorze mil, duzentos e vinte e quatro e oitenta e cinco cêntimos), conforme proposta do interessado que foi objeto de apreciação e deliberação pela Assembleia de Freguesia; Assim, o Presidente da Junta de Freguesia, depois de apresentar estas contas e para dar o devido cumprimento ao deliberado pela Assembleia de Freguesia sobre este assunto, propôs ao órgão executivo aprovar a avaliação contabilística atualizada dos bens em causa no total de 11.613,12€ (onze mil, seiscentos e treze euros e doze cêntimos) e notificar o anterior titular da exploração do espaço de cafetaria para proceder ao pagamento do montante de 2.777,88€ (dois mil, setecentos e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos). Portanto, este foi o procedimento e, neste momento os bens foram desvalorizados e ficou com este valor 11.613,12€, ou seja, 14,28%, que é o que deriva da lei. É isso que se está a fazer, depois de termos aqui uma informação da CCDR-Norte sobre a dação em pagamento e cumprimento, nada mais tivemos que fazer do que cumprir o que está na Lei e é exatamente isto que se encontra nas modificações orçamentais, na receita tem 11.613,12€ de entrada, tem na despesa uma saída de 11.613,12€ e tem no PPI enquanto forma patrimonial, pois estes bens vão ficar no património, em inventário." Passando aos pedidos de esclarecimento, o



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

Presidente da Mesa introduziu o Vogal Joaquim Costa que observou o seguinte: “para fazer sentido o contexto todo gostaria de saber o seguinte, enquanto que o parecer do gabinete de advogados – GNC, há um email com uma pergunta e uma resposta, gostaria de saber, até seguindo os processos passados, onde está o pedido feito à CCDR-N foi feito? Foi esquecimento entregar-nos?”


----- O Presidente do Executivo esclareceu que não foi efetuado qualquer pedido de parecer. Simplesmente, como é assinante do “Flash da CCDR-N”, que sai todos os meses, encontrou um procedimento semelhante com o processo do café S. Tiago. O Vogal Joaquim Costa acabou por reconhecer que “não se pode falar em pareceres, quando muito pode-se fazer por analogia um entendimento jurisprudencial. Independentemente disso, quero lembrar que o Executivo já aprovou e está em Ata. Portanto, sempre disse que antes de aprovar em Assembleia deveríamos aguardar o parecer. Agora o Executivo repete algo que já em Assembleia, ou vogais do PS aprovaram por maioria que fosse feito este acerto de contas. Fazia mais sentido que agora aprovassem, mas pronto isto como se costuma dizer: ‘anda a carroça à frente dos bois’, quero só dizer que a peça processual modificativa, na minha opinião está incorreta, porque a receita não são 11.613,12€, são os 14.391,00€ e na receita devia estar o valor de 14.391,00€ e na despesa 11.613,12€, porque é o que diz o acordo que foi formado, foi a explicação que deu o Sr. Presidente. Até posso dizer que vou votar contra por estes dois motivos: porque é algo que já está aprovado e os pareceres não existem. Aliás, o parecer do advogado é a resposta a um email, que quando muito é uma resposta a uma pergunta. Um parecer é algo mais extenso, com um enquadramento e várias outras coisas, mas acho que a peça está errada, se a despesa são 11.613,12€, a receita são 14.224,85€ e é assim que deve ser, nem que na despesa se possa aumentar um valor qualquer. Também sei que a receita pode ser por excesso, a despesa é que não, mas ficava bem corrigirem isso e colocarem na receita os tais 14.224,85€.” O Presidente do Executivo explicou que “o valor de 11.613,12€ reflete o valor dos imóveis desvalorizados. A receita são 14.391,00€, mas para colmatar esta receita, que se trata de dívida de rendas, o Sr. está a pagar o valor de 2.777,88€, que não está aqui refletido, mas está refletido nas receitas de rendas. Esse dinheiro entrou também. Ou seja, no encontro de contas isto vai estar refletido, ou seja, os 11.613,12€ somando com os 2.777,88€, dá os 14.391,00€ e esse valor está lá. Agora, em termos de património, não pode entrar o valor total de 14.391,00€, porque ao nível de imobiliário só dispõe do valor de 11.613,12€.”

----- O Presidente da Mesa colocou o **Ponto 4** a votação, que foi aprovado com 7 votos a favor, 4 contra e 1 abstenção. O Vogal Joaquim Costa apresentou a sua declaração de voto: “voto contra, porque considero que a deliberação da 2ª alteração modificativa tem por base única e exclusivamente a inclusão de uma despesa/receita com a qual não concordo no formalismo pelos motivos da minha intervenção, porque esta decisão já foi tomada numa última assembleia e os pareceres não levavam a concluir que era possível este acerto de contas.”

----- O Presidente da Mesa passou ao **Ponto 5** e questionou se alguém tinha questões a colocar sobre a atividade do Presidente, e o Vogal Manuel Viela quis ser esclarecido sobre a reunião com a Suma, que julga estar ligada à limpeza das ruas e questionou o que está pensado para as ruas de Silvalde, uma vez que considera que houve muitas zonas de Silvalde não foram limpas. O Presidente do Executivo esclareceu que a reunião com a Suma teve um caráter de negociação de valores para os próximos anos. “Acredito que ache que há zonas de Silvalde que não foram limpas. Não é verdade. Mas também lhe posso dizer que há 3 anos atrás desde 2019, quando assumimos a delegação de competências, Silvalde não tinha varredores fixos. Em Silvalde, só a Marinha era varrida. Posso dizer-lhe que a quantidade de varredores é insuficiente, mas a questão financeira para contratar esses varredores também é insuficiente. Portanto, existe aqui uma descompensação na balança, nós precisávamos de mais gente para termos uma Freguesia mais bonita, mais limpa e asseada, que é isso que nós queremos e é isso que estamos constantemente a trabalhar, mas na realidade é impossível porque não temos financiamento suficiente para poder colocar mais um funcionário. Um funcionário na empresa de limpeza são quase 14 mil euros, nós temos 3. E o serviço não é só o funcionário. Aliás, não tivemos a possibilidade com a Câmara, que só fez um aumento de 5% relativamente à Delegação de Competências que ainda não está refletido no nosso orçamento, porque o Tribunal de Contas ainda não despachou favoravelmente essa nossa pretensão enquanto Freguesias. Portanto, precisávamos era de um aumento de 20%, para podermos pôr mais um funcionário, e por aí sucessivamente. Vamos continuar a trabalhar, não baixamos os braços e vamos tentando, porque a Freguesia é muito grande em termos urbanos e de limpeza. E ainda por cima agora temos pracetas que não tínhamos obrigação de limpar, porque a Câmara limpava, mas deixou de o fazer. E nós nesta delegação de competências fomos ludibriados por quem o fez conosco, porque deram-nos um determinado valor, para um determinado caderno de encargos e depois quando se foi a ver, esse caderno de encargos tinha ainda muitos mais itens de trabalho, que foram acrescentados a posteriori, só que não foi acrescentada a mochila financeira para fazer face a esse trabalho. E neste momento é esse o défice que existe. Temos muito para fazer, mas temos pouco dinheiro para gastar.”

----- O Presidente da Mesa, não havendo nada mais a tratar, desejou a todos as Boas Festas e deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia.

A MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



1.º SECRETÁRIO



PRESIDENTE



2.º SECRETÁRIO